



**observatório
universitário**

***Governo de Transição FHC-LULA:
Constituição, funcionamento e resultados dos
trabalhos realizados pela equipe do governo de
transição FHC-Lula***

Documento de Trabalho nº. 10

Série Estudos de Políticas Públicas

Cátia C.Costa

Helenice Andrade

Junho de 2003



O Observatório Universitário, é um núcleo do instituto Databrasil – Ensino e Pesquisa que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O Observatório Universitário alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

Cátia C. Costa

Helenice Andrade

handrade@candidomendes.edu.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Coordenação de Projetos

Violeta Monteiro

Equipe Técnica

Ana Beatriz Gomes de Mello Moraes

André Magalhães Nogueira

David Moraes

Enrico Martignoni

Helena Maria Abu-Mehri Barroso

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Vitor de Moraes Peixoto

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

[e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br](mailto:observatorio@observatoriouniversitario.org.br)

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

SUMÁRIO

<u>I - A CONSTITUIÇÃO DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO FHC-LULA.</u>	5
<u>II - RESUMO DAS REGRAS DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO</u>	8
3.1. COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DO GRUPO DE TRANSIÇÃO:	11
<u>IV - RESULTADOS OBTIDOS PELA EQUIPE DE TRANSIÇÃO:</u>	17
4.1 - A RELAÇÃO DAS EQUIPES DE TRANSIÇÃO FHC-LULA:	17
4.2 - PRAZO PARA A ANÁLISE E ENTREGA DOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS PELA EQUIPE DE TRANSIÇÃO:	18
4.3 - OS PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE DE TRANSIÇÃO E AS SOLUÇÕES SUGERIDAS POR SETOR ANALISADO:	18
<u>V - A QUESTÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS:</u>	25
<u>VI - METODOLOGIA E BASE DE DADOS:</u>	30
<u>SOBRE (O)S AUTOR(ES)</u>	31
<u>DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO</u>	32

I - A constituição do governo de transição FHC-Lula.

No dia 02 de outubro de 2002 foi encaminhado para a apreciação do Presidente da República em exercício, Fernando Henrique Cardoso, a exposição de motivos interministerial n° 346, anexada a proposta de Medida Provisória n° 76, elaborada na Casa Civil, que deliberava sobre a instituição de uma equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República. Assinada pelo ministro Guilherme Gomes Dias (Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão) e por Pedro Parente (chefe da Casa Civil da Presidência da República) a exposição de motivos afirmava a de organizar o processo de transição governamental.¹

De acordo com a revista Exame², os itens estabelecidos na MP foram previamente discutidos com os principais assessores de Lula e José Serra, candidato governista derrotado, antes do segundo turno. O objetivo dessa Medida Provisória era “permitir a atuação conjunta de integrantes da equipe designada pelo Presidente eleito com a Administração corrente, garantindo à nova Administração a oportunidade de atuar no programa de governo do novo Presidente da República desde o primeiro dia do seu mandato, preservando a sociedade do risco de descontinuidades de ações de grande interesse público”. O conjunto de informações necessárias ao trabalho da equipe de transição foi providenciado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em atuação conjunta com os demais Ministérios³.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial n° 376 a primeira providência na estruturação do processo de transição presidencial foi tomada no dia 16 de abril de 2002, por meio do Decreto n° 4.199. Entre os pontos principais, o Decreto estabelecia norma para o fornecimento de informações aos partidos, aos candidatos e mesmo a pré-candidatos ao cargo de Presidente da República até a data da divulgação oficial do resultado final das eleições.

¹ Exposição de Motivos Interministerial n° 346/Medida Provisória Civil-PR, 02 de outubro de 2002.

² LULA começa a governar o Brasil na terça-feira, 29. Revista Exame *on line*, 28/10/2002, São Paulo: Abril. <http://portalexame.abril.com.br>.

³ Idem.

Dando seqüência a estruturação do processo de transição, a MP n°76 garantiu ao candidato eleito o direito de constituir equipe de transição e criou cinquenta Cargos Especiais de Transição Governamental (CETG) com a autorização para serem efetivados dois dias úteis após o resultado oficial das eleições, ou seja, no dia 29 de outubro de 2002. Mas os CETGs deveriam estar extintos obrigatoriamente no prazo de até dez dias contados da posse do candidato eleito⁴.

Entre os pontos principais, a MP n° 76 também estabelecia que a equipe de transição teria acesso total "às contas públicas, aos programas e aos projetos do governo federal⁵". Outra determinação era que os órgãos públicos ficariam obrigados a fornecer tais informações e que a nova equipe teria que mantê-los sob sigilo.

Após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República nas eleições de outubro de 2002, um arranjo político entre o Governo FHC e a aliança vencedora (PT-PL) permitiu a constituição de um governo de transição, no qual uma equipe formada por membros do PT e por colaboradores da campanha de Lula, assumiu a responsabilidade de apresentar um diagnóstico dos órgãos do Executivo e dos problemas e condições para enfrentá-los nas principais áreas do governo federal⁶. A época, Pedro Parente declarou que o objetivo do trabalho da equipe de transição era "diminuir os riscos e tensões" comuns a um período de transição e dar as condições necessárias para que o próximo presidente se preparasse para assumir o governo⁷. Nesse sentido, Lula declarou que a intenção dessa medida "foi separar claramente o processo de transição da montagem do governo", portanto, os ministros só seriam escolhidos e anunciados pelo próprio presidente no "momento certo"⁸.

Os técnicos da equipe de transição tiveram aproximadamente um mês para visitar ministérios, secretarias e programas da administração Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de traçar um retrato do país que o novo presidente encontraria

⁴ Art.3º; § 1º; Lei n° 10.609, de 20 de dezembro de 2002.

⁵ Art.2º; § 1º; Lei n° 10.609, de 20 de dezembro de 2002.

⁶ EQUIPE mostra a Lula diagnóstico de governo FHC. Folha online, Especial 2002. http://www.1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuo_governo-transicao

⁷ LULA começa a governar o Brasil na terça-feira, 29. Revista Exame online, 28/10/2002, São Paulo: Abril. Sem data. <http://portalexame.abril.com.br>.

⁸ ENCONTRO entre lula e FHC marca o começo da transição. Revista Veja online, 29/10/2002. <http://vejaonline.abril.uol.com.br>.

no dia 1º de janeiro de 2003⁹. No dia 20 de dezembro de 2002 a MP n° 76, que permitiu a criação da equipe de transição, foi promulgada como a Lei 10.609.

As medidas tomadas a partir formação da equipe de transição foram consideradas importantes porque permitiram que o governo Lula se familiarizasse com os problemas que teria de enfrentar a partir da posse, em janeiro, além de minimizar a sensação de ruptura política. A medida também se revelou positiva para a imagem do governo Fernando Henrique, principalmente na medida em que passou a ser facultado o direito de futuros candidatos eleitos para o cargo de Presidente da República instituir práticas semelhantes em outras transições. A revista Veja¹⁰ chama a atenção para a característica peculiar dessa transição em que pela “primeira vez o poder troca efetivamente de mãos desde o fim do regime militar: ao invés de PFL, PMDB e PSDB se revezarem nos altos postos, terão vez os aliados de Lula, de partidos como PL, PC do B, PSB, PPS e PDT”.

⁹ EQUIPE de transição tem 3 semanas. JB online, Brasil, 13/11/2002. <http://jbonline.terra.com.br/papel/brasil>

¹⁰ TROCA de poder é a 1ª desde o fim do regime militar. Revista Veja on line, 03/11/2002. <http://vejaonline.abril.uol.com.br>.

II - Resumo das regras do governo de transição¹¹

1. O governo FHC estava obrigado a fornecer informações à equipe petista;
2. O grupo petista teria de manter sigilo de certas informações;
3. As decisões de responsabilidade da atual administração não seriam compartilhadas;
4. Decisões "relevantes" e cujos efeitos extrapolassem a data de 31 de dezembro de 2002, seriam discutidas com o governo de transição;
5. Se não houvesse concordância, o atual governo escolheria entre não tomar a decisão até o fim do ano, se possível ou tomar a decisão de acordo com sua opinião.
6. A opinião dos petistas seria "preponderante" em casos específicos, como mudanças de metas econômicas acertadas com o FMI;
7. A troca de informações ocorreria principalmente entre o interlocutor oficial de cada ministério e o funcionário indicado pelo presidente eleito.

¹¹ ENTENDA toda a estrutura da transição para o governo Lula. Folha online, Brasil, 29/10/2002. <http://www.1.folha.uol.com.br/folha/brasil>

III - Instalação da equipe do governo de transição e nomeação

De acordo com a revista Exame¹² o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, havia prometido que os nomes dos interlocutores representantes do novo governo só seriam definidos após uma reunião com o presidente em exercício Fernando Henrique Cardoso. Antes do encontro, Lula declarou¹³ que as decisões políticas teriam mais peso que as econômicas, embora anunciasse¹⁴ uma semana depois que a equipe seria formada seguindo um perfil técnico, não político. Realizadas duas reuniões, no dia 29 de outubro, o presidente eleito divulgou o primeiro nome para a equipe de transição: o prefeito licenciado de Ribeirão Preto e coordenador do programa de governo do PT, Antônio Palocci, como coordenador-geral de sua equipe de transição. Até o dia 9 de novembro haviam sido anunciados 28 nomes, na ocasião Palocci havia dito que restavam apenas “três ou quatro” das indicações e as demais vagas seriam preenchidas por assessores¹⁵.

Como previsto no Art. 6º da Lei 10.609 competiria à Casa Civil da Presidência da República disponibilizar à equipe do candidato eleito local, infra-estrutura e apoio administrativo necessários ao desempenho de suas atividades. Com esse dispositivo, a equipe de transição foi instalada na primeira quinzena de novembro de 2002, no Centro de Treinamento do Banco do Brasil, em um conjunto de salas e escritórios próximo aos palácios do Planalto e da Alvorada, em Brasília. A previsão era de que as atividades da equipe se estendessem até 15 de janeiro de 2003.

O Presidente em exercício, Fernando Henrique Cardoso encarregou cada um de seus ministros de indicar um interlocutor para atuar junto à equipe de transição do novo governo. Dessa forma, Palocci começou a trabalhar ao lado do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, nomeado por Fernando Henrique para capitanear a transição pelo lado do governo em exercício.

¹² Idem. Sem data. Diferente da revista Exame, de acordo com a revista Veja, o Deputado José Dirceu declarou que foi a cúpula do partido que sugeriu que Lula aguardasse o encontro com FHC para anunciar os nomes da equipe de transição. (EQUIPE de transição deve sair apenas nesta terça-feira. Revista Veja, 27/11/2002. <http://vejaonline.abril.uol.com.br>)

¹³ PETISTAS planejam equipe de transição. Revista Veja, 22/10/2002. <http://vejaonline.abril.uol.com.br>.

¹⁴ HUMBERTO Costa para a transição. Revista Veja, 01/11/2002. <http://vejaonline.abril.uol.com.br>.

¹⁵ PALOCCI anuncia equipe técnica. Revista Veja, 09/12/2002. <http://vejaonline.abril.uol.com.br>.

Indicados pelo candidato eleito Luiz Inácio Lula da Silva, os membros da equipe de transição contaram com um coordenador geral, a quem competia requisitar as informações relativas às contas públicas da Administração Pública federal, um coordenador-adjunto, que apoiaria o primeiro, e um coordenador específico para cada grupo de trabalho totalizando cinco sub-equipes de caráter administrativo¹⁶:

- Equipe de Gestão e Governo;
- Equipe de Desenvolvimento Econômico;
- Equipe de Políticas Sociais;
- Equipe de Empresas Públicas e Instituições Financeiras do Estado;
- Equipe de Infra-estrutura;

Os custos das atividades de transição ficaram sob a competência da Presidência da República, incluindo gastos administrativos e passagens. Para não sobrecarregar o Orçamento da União, o governo decidiu editar um decreto cancelando a contratação de novos funcionários para o setor público até que o montante necessário para compensar os gastos com a equipe de transição fosse atingido. Os salários da nova equipe foram fixados entre R\$ 1.220,00 e R\$ 8.000,00¹⁷. O custo total aproximado e apresentado para as despesas e a folha de pagamento durante dois meses de funcionamento foi de R\$ 1,5 milhão¹⁸.

¹⁶ EQUIPE mostra a Lula diagnóstico de governo FHC. Folha online, Especial 2002. http://www.1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuo_governo-transição

¹⁷ LULA começa a governar o Brasil na terça-feira, 29. Revista Exame on-line, São Paulo: Abril. <http://portalexame.abril.com.br>.

¹⁸ Na exposição de motivos interministerial n° 346 consta que as despesas relativas à criação dos cinquenta cargos em comissão CETG estavam estimadas em R\$ 850.071,30 (oitocentos e cinquenta mil, setenta e um reais e trinta centavos), até 10 de janeiro de 2003, bem assim as decorrentes da criação dos seis cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, da ordem de R\$ 559.300,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais) para o exercício de 2003. Somados os dois valores chega-se a cifra aproximada de R\$ 1,5 milhão.

Tabela 1 – Os Salários da Equipe de Transição

Cargos	Custos	Vagas
CETG* 1	R\$ 1.220,00	5 vagas
CETG 2	R\$ 1.390,00	3 vagas
CETG 3	R\$ 1.560,00	2 vagas
CETG 4	R\$ 4.850,00	25 vagas
CETG 5	R\$ 6.300,00	10 vagas
CETG 6	R\$ 7.500,00	4 vagas
CETG 7	R\$ 8.000,00	1 vaga
TOTAL	R\$ 235.700,00	50 vagas

Fonte: LEI nº 10.609/2002 — Dispõe sobre a instituição da equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

* Cargos Especiais de Transição Governamental — CETG.

3.1. Composição das Equipes do Grupo de Transição¹⁹:

No dia 12 de novembro de 2002, o coordenador-geral da equipe de transição do novo governo, Antônio Palocci, anunciou o nome dos técnicos que responderiam pelas cinco equipes de trabalho e que teriam a responsabilidades de elaborar relatórios sobre os diversos projetos dos ministérios e órgãos da administração federal. Os principais membros dos grupos de trabalho eram:

- Coordenação Geral:

Antônio Palocci Filho – Coordenador-geral da equipe de transição. Médico, ex-militante trotskista, Palocci foi um dos fundadores do PT, em 1980. Assumiu a coordenação do programa de governo de Lula em janeiro de 2002, após o assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel. Foi vereador e prefeito de Ribeirão Preto (SP), deputado federal e novamente prefeito (desde 2001).

Luiz Gushiken - Coordenador-adjunto da equipe de transição. Formado em administração, presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo e elegeu-se deputado federal. Em 1998, coordenou a campanha presidencial de Lula. Após a derrota, decidiu afastar-se da política, mas foi convencido por Lula a voltar. Figura histórica do PT e

¹⁹ EQUIPE mostra a Lula diagnóstico de governo FHC. Folha on-line, Especial 2002. http://www.1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuo_governo-transicao

amigo pessoal de Lula, Gushiken é especialista em Previdência, com trânsito fácil junto aos fundos de pensão.

— Equipe de Gestão e Governo:

Responsável por uma avaliação das áreas de Planejamento, Justiça, Defesa, Relações Exteriores, Fazenda, Planalto e Casa Civil.

Principais nomes:

Antônio Palocci.

Luiz Gushiken - Coordenador do grupo.

Gilberto Siqueira - Engenheiro civil, atua desde 1999 como secretário de Planejamento do governo do Acre. Filiado ao PT, é especialista em programas de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Também foi consultor do governo do Amapá entre 1997 e 1998.

Gleisy Helena Hoffmann - Advogada, integrou o governo de José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, em Mato Grosso do Sul, como secretária de Gestão Financeira. Acumulou também a Secretaria de Reestruturação e Ajuste do Governo. Mudou-se para Londrina (PR) no início deste ano para acompanhar o marido, o ex-secretário da Fazenda do município, Paulo Bernardo (PT). Foi secretária de Gestão Pública da Prefeitura de Londrina. É filiada ao PT desde 1989 e já integrou em 1996 a Executiva Nacional.

Matilde Ribeiro – Professora, foi uma das coordenadoras de combate ao racismo na campanha de Lula e trabalha no centro de estudos das relações de trabalho e desigualdade. É doutoranda em serviço social na PUC, assessorou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nas questões de gênero e raça, foi coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André (SP).

Luiz Eduardo Soares - Antropólogo e Cientista Político, professor da UERJ e ex-coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Rio de Janeiro.

— Equipe de Desenvolvimento Econômico:

Responsável pelas áreas de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Integração Nacional, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Principais nomes:

Tânia Bacelar - Coordenadora da equipe. Economista da Universidade Federal de Pernambuco, foi secretária municipal de planejamento e da Fazenda do governo de Miguel Arraes (PSB-PE), entre 1995 e 1999.

Maurício Borges Lemos - Economista, é secretário municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura de Belo Horizonte desde março de 2002, na gestão de Fernando Pimentel (PT). É professor titular da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

José Graziano da Silva - Professor de economia agrícola na Unicamp, é um dos assessores mais próximos de Lula. Elaborou o programa Fome Zero, anunciado como prioritário pelo presidente eleito. Coordenador para a agricultura das propostas de Lula, é a favor de uma política agrícola atrelada à agenda social. Entre as idéias que defende está a de fazer reforma agrária com a implantação de infra-estrutura para a agricultura familiar.

Gilney Viana - Médico, é deputado estadual em Mato Grosso (não conseguiu se reeleger, ficou como primeiro suplente). Participou da elaboração do programa de governo de Lula na área de meio ambiente, é professor da Universidade Federal de Mato Grosso e coordena a ONG "Flor do Cerrado". Foi deputado federal de 1995 a 1998 e deputado estadual eleito em 1998.

Ildéu de Castro Moreira - Físico, é professor do Instituto de Física da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Participou da formulação do programa de governo do PT na área de ciência e tecnologia, indicado pelo diretor da COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia) da UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa.

- Equipe de Políticas Sociais:

Responsável pelos setores de Previdência Social, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Principais nomes:

Humberto Costa - Coordenador da equipe. Médico psiquiatra, clínico geral e jornalista, ficou em segundo lugar na disputa ao governo de Pernambuco em 2002. Filiado ao partido desde sua criação, é ligado à tendência Unidade de Luta, de linha moderada. Foi eleito deputado estadual em 1990 e federal em 1994. Em 1998, sofreu sua primeira derrota ao disputar a eleição para o Senado. Foi o candidato a vereador mais votado em Recife em 2000. Com a posse do novo prefeito, João Paulo, foi chamado para comandar a Secretaria de Saúde em 2001.

Luiz Gushiken.

Ricardo Karan - Administrador, é especialista em políticas públicas e gestão governamental, coordenador de análises e pesquisa do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e assessor da Prefeitura de São Paulo.

Ana Fonseca - Pesquisadora da Unicamp, é especialista em programas de "renda mínima". Foi assessora de governo do PT na área social.

Swedenberger Barbosa - Odontólogo, é ex-membro do Conselho Nacional de Saúde e ex-secretário de Governo do Distrito Federal, na gestão de Cristóvam Buarque (1995-1998). É pós-graduado em Saúde Pública.

Francelino Grando - Formado em direito pela USP, é doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (SP). Em 2001, assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de São Carlos, na gestão de Newton Lima Neto (PT). Filiado ao PT desde a fundação, entre 1993 e 2000 foi procurador-geral da UFSCar. Foi consultor na preparação de leis orgânicas de dez municípios de SP, MG e ES.

Márcio Meira - Antropólogo e presidente da Fundação Cultural de Belém (PA), da prefeitura do município, integrou a equipe que elaborou o programa de governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para a área da cultura.

— **Equipe de Empresas Públicas e Instituições Financeiras do Estado:**

Responsável pelas empresas Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB, Basa, Petrobras e BNDES:

Principais nomes:

José Sérgio Gabrielli de Azevedo - Coordenador da equipe. Economista e pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da Universidade Federal da Bahia. Filiado ao PT, é também PhD em Economia pela Universidade de Boston (EUA).

Sérgio Rosa - Formado em jornalismo pela USP, é funcionário do Banco do Brasil e diretor administrativo da Previ (fundo de pensão dos empregados do banco). É ligado ao ex-deputado federal Luiz Gushiken e ao deputado Ricardo Berzoini, ambos de São Paulo.

Arno Augustin – Economista, atua desde 1999 como secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Na Prefeitura de Porto Alegre, foi assessor econômico de 1990 a 1992, e secretário da Fazenda de 1992 a 1998.

Ermínia Maricato.

Tereza Campello - Economista, é secretária substituta e coordenadora da Secretaria Geral de Governo do Rio Grande do Sul. Trabalha em governos petistas desde a primeira das quatro prefeituras de Porto Alegre, em 1989. Como deputada estadual, coordenou a bancada petista de 1994 a 1998.

Antoninho Marmo Trevisan – Consultor, presidente da Trevisan Auditores e Consultores. Um dos primeiros empresários a apoiar a candidatura de Lula à presidência.

— **Equipe de Infra-Estrutura:**

Responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Transportes, Minas e Energia e Comunicações:

Principais nomes:

Dilma Rousseff - Coordenadora da equipe. Economista, é secretária de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul. Filiou-se ao PT em 2001, vinda do PDT. Ocupou a mesma secretaria quando Alceu Collares foi governador do Estado (1991-1994).

Ermínia Maricato - Professora e diretora de pós-graduação da USP, ex-secretária de Habitação da Prefeitura de SP na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), Ermínia coordenou o laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da USP. Participou de pesquisas sobre urbanismo e integrou o grupo de especialistas que discutiu a criação de subprefeituras em São Paulo.

José Augusto Valente - Engenheiro, é presidente do DER-RJ desde abril. Foi secretário de Obras de Angra dos Reis (RJ), diretor de Administração e Finanças do Proderj (Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro) e diretor da Secretaria de Administração de Campinas.

Heitor Miranda - Advogado, superintendente de Relações Internacionais do governo do Mato Grosso do Sul.

IV - Resultados obtidos pela equipe de transição:

4.1 - A relação das equipes de transição FHC-Lula:

A relação entre os membros das equipes responsáveis pela transição da administração FHC e do futuro governo Lula foi pautada pela cooperação entre as equipes, conforme demonstra o noticiário da época. A equipe de transição do futuro governo Lula afirmava que evitaria fazer críticas incisivas ou julgamentos políticos da herança deixada pela administração anterior. As principais declarações nesse sentido partiram do coordenador da equipe de transição, Antônio Palocci Filho, e ajudaram a atenuar o clima de tensão gerado pela expectativa em relação aos relatórios que seriam produzidos por sua equipe²⁰. Sua principal estratégia foi elogiar a equipe econômica de FHC e afirmar que o relatório seria um documento técnico e não uma peça política.

Segundo Palocci, o PT desejava ser informado das ações da administração FHC, que teriam conseqüências a longo prazo. Com esse objetivo, pretendia-se fazer um diagnóstico da situação do governo FHC, a fim de orientar as primeiras medidas do governo Lula. Em seguida, a equipe de transição de Lula faria a exposição de todos os problemas que seriam deixados pela administração FHC para o novo governo, de forma que a cobrança para a resolução imediata de problemas, como a reforma agrária, o desemprego, a alta do dólar, entre outras, fosse reduzida²¹.

Em algumas matérias surgia a expressão de que haveria uma “lua-de-mel” entre os membros das duas equipes, sugerindo a existência de um bom entendimento entre elas. Esta “lua-de-mel”, no entanto acabaria, afirmavam alguns políticos petistas, quando o relatório produzido pela equipe de transição viesse a público, em função do tom mais crítico que deveria ter, ao apontar as deficiências do governo FHC no trato de

²⁰ RELATÓRIO será técnico e poderá desagradar ao governo, diz Palocci,. Lílian Christofoleti, 23/11/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

²¹ “No relatório Palocci fará críticas aos problemas herdados do atual governo. A necessidade de deixar clara essa situação se transformou em auto-defesa dos petistas, para evitar que se produza frustração entre a população pelas dificuldades que serão encontradas por Lula. A questão é que o PT precisa apresentar o diagnóstico crítico mas não quer fazer algo que se torne ofensivo, pois o partido precisa da colaboração do atual governo para aprovar medidas importantes antes da posse de Lula”. Relatórios alertam sobre dengue e apagão, Marcelo de Moraes, 28/11/2002, Valor Econômico, Primeiro Caderno.

diversas questões importantes para o governo eleito, como as políticas sociais e o desabastecimento de energia elétrica.

4.2 - Prazo para a análise e entrega dos relatórios produzidos pela equipe de transição:

O tempo dado à equipe de transição para apresentar os relatórios setoriais foi bastante exíguo, três semanas apenas para analisar os dados e preparar vinte e seis relatórios abordando a estrutura administrativa e orçamentária, finanças, pessoal, situações emergenciais, projetos e contratos em vigor. O atendimento ao prazo estabelecido para apresentação, 24 de dezembro de 2002, somente foi possível porque as bases de dados utilizadas foram relatórios e informações oficiais previamente produzidos pela administração FHC²².

4.3 - Os principais problemas identificados pela equipe de transição e as soluções sugeridas por setor analisado:

4.3.1 – Políticas Sociais (Previdência Social, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Turismo):

As políticas sociais do governo FHC foram fortemente criticadas no relatório setorial preparado pela equipe coordenada por Humberto Costa. A situação que mais preocupou esse grupo de trabalho e que exigiu uma comunicação direta do coordenador geral, Antônio Palocci, foi diagnosticada na área da saúde.

No Rio de Janeiro, a perspectiva de ocorrência de uma nova epidemia de dengue configurava um motivo de forte preocupação para a nova administração federal. Antônio Palocci, alertado pelo coordenador da equipe Humberto Costa, fez a requisição de um documento sobre a situação ao Ministro da Saúde do governo em exercício, Barjas Negri. No documento apresentado constavam às medidas tomadas no processo

²² EQUIPE fará relatórios até dia 24. Andréa Michael, Folha de São Paulo, 13/11/2002. www.uol.com.br/fsp.

de combate a dengue, relatando que a campanha havia sido antecipada em 4 meses no ano de 2002²³.

Uma das questões que exigiu a atuação imediata do coordenador Humberto Costa foi o bloqueio da autorização para aumentar o preço dos remédios que seria assinada no governo FHC e entraria em vigor no primeiro dia do governo Lula. Além de inibir o retabelamento, o coordenador conseguiu negociar uma política transitória para os preços dos medicamentos que se baseava numa lei que só vigoraria até o dia 31 de dezembro de 2002.

Outro problema que poderia atingir gravemente o setor de saúde — assim como o setor de educação e assistência social — era a perda de recursos humanos. Com o fim dos contratos de financiamento de programas sociais (combate à Aids e o bolsa-alimentação) firmados com organismos internacionais (Organização Mundial da Saúde – OMS e o Banco Mundial – Bird) não seria possível pagar os salários de consultores e assessores, que só no ministério da Saúde somavam 1.100 funcionários²⁴.

Na cultura, o grupo de trabalho avaliou que, sob o comando do ministro e ex-petista, Francisco Weffort, houve subordinação a uma gestão neoliberal, que imperou como concepção geral no governo FHC. Segundo a equipe de Humberto Costa “o discurso e a prática do enxugamento do Estado não permitiram ao MinC desenvolver uma política de Estado, transferindo a maior parte dessa política para o mercado, através da Lei Rouanet”. Outra crítica nessa área foi o isolamento da política de cultura em relação às demais ações de governo. Uma sugestão da equipe de trabalho para o setor foi à criação de um Instituto de Artes e Tradições Brasileiras, que incorporaria o Conselho Nacional do Folclore e Cultura Popular e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Segundo o relatório da área, a criação deste instituto sinalizaria o reconhecimento do novo governo das tradições brasileiras²⁵.

²³ RELATÓRIO da transição sobre o governo FH sai sexta-feira. Lu Aiko Otta, Agência Estado, 24/12/2002. <http://www.estadao.com.br>; RELATÓRIOS alertam sobre dengue e apagão, Valor econômico, 28/11/2002. <http://www.valoronline.com.br>

²⁴ RELATÓRIO vê ameaça a programas sociais. Andréa Michael, Gustavo Patú, Fábio Guibu, Folha de São Paulo, 24/11/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

²⁵ FHC fez gestão neoliberal na cultura, diz PT. Andréa Michael, Folha de São Paulo, 01/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

Na educação, os problemas divulgados se restringiram ao segmento superior por ser considerado uma “bomba no colo do governo”. Dois terços das vagas nesse nível são de instituições privadas, registrando uma inadimplência de 35% no setor. Ainda nesse campo, as instituições de ensino particulares reclamavam da concorrência predatória. No setor público, as universidades federais pediam a contratação de 7.000 docentes em dois anos. Somado a isso, existiam reivindicações para a ampliação do número de alunos atendidos nos programas de financiamento de 200 mil para 500 mil. Não surgiu na imprensa respostas da nova equipe de governo para essas demandas. Em contrapartida, o relatório apresentado por esse grupo de trabalho afirmava a necessidade de se formar um pacto na educação para viabilizar as duas principais medidas que o governo Lula desejava implementar no início da gestão: a criação de um Fórum Nacional de Educação e a implantação de um amplo programa de alfabetização.²⁶

Na Previdência Social o problema mais imediato seria o pagamento do débito de R\$ 937 milhões com os bancos, referentes aos contratos com a rede bancária para prestação de serviços de arrecadação de contribuições e pagamento de benefícios. Como não havia recursos orçamentários em 2002 para o pagamento do débito, caberia ao novo governo arcar com ele²⁷.

Não houve citação dos problemas identificados nas sub-áreas Trabalho e Emprego, Esporte e Turismo na base de dados trabalhada neste relatório.

4.3.2 – Empresas Públicas e Instituições Financeiras do Estado (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB, Basa, Petrobras e BNDES):

O relatório produzido pelo grupo do economista José Sérgio Gabrielli de Azevedo apontava que as Empresas Públicas e Instituições Financeiras do Estado apresentavam problemas com o volume de recursos disponíveis para investimentos em desenvolvimento econômico e social.

O BNDES, cujos recursos se originam no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e no retorno de empréstimos feitos ao setor produtivo, não apresentou uma

²⁶ PT sugere pacto para viabilizar a educação. Armando Pereira Filho, Folha de São Paulo, 16/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

fonte de recursos satisfatória, tendo em vista um virtual esgotamento dos recursos oriundos do FAT. Para a equipe de transição, o BNDES deveria buscar recursos externos ainda que a estratégia fosse pouco recomendável considerando o cenário externo desfavorável²⁸.

No setor tributário, um dos colaboradores da campanha e membro da equipe de transição, o consultor Antoninho Marmo Trevisan, sugeria a unificação das alíquotas dos impostos (inclusive do IR) em torno de 15% para todos os contribuintes (pessoas físicas e jurídicas), argumentando que com a alíquota única as pessoas saberiam os custos embutidos em suas operações e haveria menor risco de sonegação fiscal²⁹. Sua proposta foi criticada por alguns tributaristas que viram nela uma consagração da “injustiça tributária”, uma vez que deixava de levar em contas as diferenças de rendimentos dos contribuintes. Outros tributaristas seriam favoráveis à proposta, desde que ela contemplasse também a progressividade, com deduções e isenções³⁰.

4.3.3 – Equipe de Desenvolvimento Econômico (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Integração Nacional, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia):

O relatório apresentado pela equipe da coordenadora Tânia Bacelar criticou a reforma agrária realizada pelo governo FHC. No relatório, concluiu-se que a precariedade dos assentamentos levou os trabalhadores rurais a abandonarem os lotes adquiridos, além disso, existiam contradições nos números de assentamentos divulgados pelo governo.

A solução apresentada sugeria a revogação por liminar da MP 2.183, que excluía as terras ocupadas do processo de desapropriação. Os juros compensatórios nas indenizações de latifúndios improdutivos também deveriam ser extintos. Além disso, o combate à seca continuada no semi-árido deveria se dar por uma ação articulada com

²⁷ LULA herda de FHC dívida de R\$ 1 bilhão na Previdência. Julianna Sofia, Kennedy Alencar, Folha de São Paulo, 28/11/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

²⁸ RELATÓRIO prevê pouco recurso do BNDES. Gustavo Patú, Folha de São Paulo, 08/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

²⁹ TREVISAN quer alíquota única para impostos. Guilherme Barros, Folha de São Paulo, 02/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

³⁰ Idéia de Trevisan divide especialistas. Folha de São Paulo, 03/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

outros ministérios em caráter de emergência, visando garantir acesso à água, gerar condições de trabalho e assegurar renda mínima familiar para as vítimas da seca³¹.

No campo da ciência e tecnologia, a equipe recomendava a convocação da comunidade científica tecnológica para se dedicar às questões sociais. Uma medida de impacto para esse setor seria aumentar o número de bolsas de estudo para projetos destinados a esse propósito³². As sugestões para as demais áreas estudadas por essa equipe não foram divulgadas na imprensa.

4.3.4 – Equipe de Gestão e Governo (Planejamento, Justiça, Defesa, Relações Exteriores, Fazenda, Planalto e Casa Civil):

A situação apresentada pela equipe de trabalho coordenada por Luiz Gushiken revelou que no Ministério do Planejamento não existiam planos de longo prazo para a gestão econômica e governo, estando o papel de coordenação do desse órgão diluído. O relatório também questionou a qualidade do resultado dos programas e informou ter encontrado casos com alto grau de ineficiência no cumprimento das metas³³.

Para o coordenador geral, Antônio Palocci, as restrições apresentadas na área econômica eram motivos de preocupação. Os programas sociais só poderiam ser priorizados quando a economia alcançasse o equilíbrio³⁴. Uma das medidas essenciais seria o controle inflacionário para reverter à sensação de retomada da remarcação de preços. Existia ainda, a questão a ser resolvida (por exigência do FMI) sobre a extinção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) que permitia ao governo usar até 20% das receitas carimbadas em programas diferentes do original³⁵.

³¹ SITUAÇÃO no campo é “escandalosa”, diz Graziano. Eduardo Scolese, Folha de São Paulo, 30/11/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

³² RELATÓRIOS sugerem nova estrutura de poder. Andréa Michael, Folha de São Paulo, 08/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

³³ RELATÓRIOS da transição. Folha de São Paulo, 08/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

³⁴ DIAGNÓSTICO da área econômica é o mais preocupante, diz Palocci. James Allen, Agência Estado, 27/11/2002. <http://www.estadao.com.br>

³⁵ RELATÓRIO da transição sobre governo FH sai na sexta-feira. Lu Aiko Otta, Agência Estado, 24/12/2002. <http://www.estadao.com.br>

4.3.5 – Equipe de Infra-Estrutura (Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Transportes, Minas e Energia e Comunicações)

Coordenada por Dilma Rousseff, a equipe de infra-estrutura identificou problemas que exigiam a rearticulação das políticas setoriais. No diagnóstico de todas as áreas houve críticas contundentes. Temas como estrutura, modelo de expansão, universalização, planejamento, privatização e reestatização surgiram na pauta de discussões do documento gerado pelo grupo de trabalho que contava em sua equipe não só com a futura Ministra de Minas e Energia, a própria Dilma Rousseff, mas também com o futuro Ministro das Telecomunicações, Miro Teixeira.

Na pasta do Ministério de Minas e Energia a equipe de trabalho identificou uma paralisação nas funções de coordenação, planejamento e expansão nos setores de energia elétrica e de petróleo e gás natural. Apesar de não fazer parte da estratégia do governo Lula promover uma reestatização no setor, os resultados das análises realizadas pelo grupo descartavam a possibilidade de continuar com as privatizações sendo, portanto, contrários às demandas do governo FHC de privatizar as grandes geradoras estatais restantes. De forma complementar, a coordenadora defendeu a proposta de universalização dos serviços de energia elétrica e o aumento de investimentos no setor. A proposta apresentada no relatório da equipe de trabalho argumentava que a estratégia correta seria proceder ao acompanhamento permanente das obras previstas através de uma única comissão no MME, unificando as comissões presentes no ONS, MME e na Aneel. Por fim sugeria que a interligação de transmissões prevista deveria ser considerada estratégica para que não houvesse possibilidade de um novo racionamento³⁶.

No setor de telecomunicações, as informações vieram de declarações de Miro Teixeira. Sua preocupação estava em interromper o processo de esvaziamento do Ministério ocorrido após a criação da Anatel. Crítico da política realizada pelo governo FHC, questionou o modelo de privatização da Telebrás em 1998 e estudou os problemas do setor, devendo usar o diagnóstico e as sugestões apresentadas pela equipe de

³⁶ GOVERNO Lula pode começar com risco de racionamento. Andréa Michael, Folha de São Paulo, 28/11/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

transição como documento básico para seu plano de ação. Sua estratégia seria neutralizar os focos de pressão, dando transparência ao andamento dos processos e fazer com que todas as decisões do Ministério pudessem ser acompanhadas pela internet³⁷.

Sobre desenvolvimento urbano e transportes, a Folha de São Paulo noticiava em 08/12/2002 as críticas da equipe de trabalho à estrutura montada pela administração FHC. A equipe concluía que a fragmentação e a falta de coordenação do setor denotava uma total irracionalidade das políticas de habitação, saneamento e transporte urbano. A equipe produziu documentos com sugestões de medidas de impacto de curto prazo, principalmente para os cem primeiros dias de governo. No âmbito dos transportes dois problemas ficaram claros e foram repassados para o futuro ministro dos transportes, Anderson Adauto: a urgência de recuperar a malha rodoviária e o combate à corrupção na estrutura administrativa³⁸.

³⁷ MIRO quer conter perda de poder de ministério. Elvira Lobato, Folha de São Paulo, 27/12/2002. <http://www.uol.com.br/fsp>

V - A questão das agências reguladoras:

As notícias veiculadas a partir dos relatórios sobre a administração FHC produzidos pela equipe do governo de transição não abordaram uma questão que vinha sendo paralelamente debatida por parlamentares petistas e que deveria atrair a atenção do Governo Lula: a situação e o papel a ser desempenhado pelas agências reguladoras criadas na administração FHC. Parlamentares petistas, como Walter Pinheiro e Luciano Zica, demonstravam grande insatisfação com a estrutura e o funcionamento das agências reguladoras de serviços públicos, constituídas inicialmente para regular os setores privatizados no primeiro governo FHC (1995-1998) e posteriormente para regular áreas consideradas estratégicas pelo governo federal, como a saúde suplementar (ANS), o setor de transportes (ANTT) e os recursos hídricos (ANA).

A principal crítica dos parlamentares petistas ao funcionamento das agências referia-se ao déficit democrático identificado na independência dos mandatos dos dirigentes das agências, os quais só poderiam ser destituídos de seus cargos por motivos específicos determinados em suas leis de criação. Assim, um dirigente de agência reguladora não poderia ser exonerado do cargo apenas pela simples vontade do novo chefe do Executivo. Na percepção dos parlamentares e assessores petistas poderiam ocorrer, nesse cenário, incompatibilidades entre posições adotadas pelo novo governo e posições dos dirigentes das agências, vinculados à administração anterior³⁹. Daí a preocupação com a existência de um déficit democrático nas agências, uma vez que os dirigentes, cuja função é implementar políticas e diretrizes determinadas pelo Executivo, não foram eleitos, não tem mandatos representativos e, em função da autonomia administrativa de que dispõem, podem não implementar as políticas oriundas do novo governo.

No início dessa polêmica, a imprensa chegou a noticiar a proposta do deputado Walter Pinheiro (PT-BA) de que os dirigentes das agências deveriam renunciar aos mandatos, permitindo assim que o novo governo pudesse indicar seus próprios dirigentes. Tal declaração gerou grande polêmica, a ponto do porta-voz do presidente

³⁹ AGÊNCIAS reguladoras no novo governo. Alexandre Santos de Aragão, Valor Econômico, Legislação e Tributos, 20/11/2002. <http://www.valoronline.com.br>

eleito, André Singer, declarar que o programa de governo do partido previa o fortalecimento das agências reguladoras e maior autonomia dos seus dirigentes⁴⁰.

Outra questão importante para o PT era a ausência de um conselho formado por membros da sociedade, do Executivo e do Congresso Nacional que pudesse controlar as agências e seus dirigentes. O deputado Walter Pinheiro sugeriu, em entrevista dada ao jornal Folha de São Paulo, que as agências deveriam ser regidas por um contrato de gestão, cabendo o seu acompanhamento e a fiscalização da sua execução a um conselho com caráter deliberativo. Uma alternativa que vinha sendo estudada pelo PT era a de aproveitar uma brecha na Lei nº 9.986, de 2000, que trata da indicação dos diretores-gerais e presidentes das agências. O artigo 5º da Lei diz que os membros desses cargos são nomeados pelo Presidente da República entre os integrantes das diretorias das agências. A tese seria testada em 2003, com a saída de um dirigente da ANP, Júlio Colombi. Assim o novo governo poderia indicar um membro para ocupar a vaga, submeter esta indicação à aprovação do Senado Federal e, uma vez aprovada a indicação, tentar alçar esse dirigente à presidência da agência⁴¹.

Outra forma de ter maior controle sobre as agências vem sendo analisada há algum tempo por vários parlamentares (aliados e de oposição ao governo FHC). Através de propostas de emenda constitucional, vários parlamentares propuseram a alteração do artigo 50 da Constituição Federal de 1988. Pelo artigo 50, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados ou suas Comissões podem solicitar a presença de Ministros de Estado para prestar esclarecimentos. A alteração sugere que os dirigentes das agências reguladoras também possam ser convocados para prestar contas ao Congresso Nacional⁴². Uma dessas propostas, de autoria do deputado Luciano Zica (PT-SP), é a PEC nº 245-A/95. Ao tentar obrigar os dirigentes a prestarem contas os parlamentares objetivam ampliar o controle do Congresso sobre as agências reguladoras, controle esse que praticamente inexistia nas leis de criação das mesmas.

⁴⁰ PT nega mudança na direção das agências. Marluza Mattos, Valor Econômico, 15/10/2002. <http://www.valoronline.com.br>

⁴¹ GOVERNO Lula não poderá interferir na diretoria das agências reguladoras. Valor Econômico, 17/12/2002. <http://www.valoronline.com.br>

⁴² PARLAMENTARES e advogados querem, que Congresso “fiscalize” agências. Juliano Basile, Valor Econômico, 31/05/2002. <http://www.valoronline.com.br>

Esclarecida a polêmica dos mandatos, outras duas questões passaram a atrair a atenção na articulação dos planos de atuação inicial do governo Lula: a retomada do poder de planejamento e de formulação das políticas públicas setoriais, deixadas ao cargo das agências pela administração FHC e o bilionário orçamento que seria liberado para as agências em 2003. De acordo com o jornal do Brasil, em 03/11/2002, as agências teriam à disposição R\$ 2,7 bilhões. A maior fatia destes recursos era da ANP, cujo orçamento para 2003 era de R\$ 1,019 bilhão, em segundo lugar vinha o orçamento da ANATEL, uma verba de R\$ 635 milhões⁴³.

Uma terceira questão extremamente importante para o bom funcionamento das agências reguladoras que surgiu no final de 2002, mas que não atraiu a atenção da equipe de governo, foi o término dos contratos temporários dos quadros de funcionários das agências previstos para 2003. Em função de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada pelo PT em decorrência de questionamentos sobre a legislação que regeria os quadros das agências reguladoras, o governo FHC foi obrigado a fazer contratos temporários para preencher as vagas nas agências. A maior parte deles expira em 2003 e muitas agências ficarão com o quadro de funcionários reduzido, já que o contrato temporário não pode ser renovado⁴⁴.

O consultor e membro do governo de transição, Antoninho Marmo Trevisan, responsável pela avaliação das empresas estatais declarou no final de novembro que o governo deveria criar outras agências reguladoras, para um maior controle público e não estatal sobre as áreas privatizadas. Segundo o consultor, “as agências são muito importantes para possibilitar um maior controle nas relações tarifárias, no cumprimento dos contratos e em todos o processo de custos e preços”⁴⁵. Além da avaliação das empresas estatais, Trevisan estava encarregado de produzir um relatório sobre o desempenho das agências reguladoras constituídas na administração FHC⁴⁶.

⁴³ DE OLHO no caixa das agências. Luiz Queiroz e Clarissa Lima, JB online, 04/11/2002. <http://www.jbonline.terra.com.br>

⁴⁴ AGÊNCIAS reguladoras perderão 500 técnicos. O Globo, 02/12/2002. <http://www.oglobo.com.br>

⁴⁵ TREVISAN aposta em mais agências reguladoras. Jornal da Tarde, 28/11/2002. <http://www.jt.estadao.com.br>

⁴⁶ TREVISAN: “Não se vai voltar atrás”. Vidal Cavalcante, Agência Estado, 30/12/2002. <http://www.estadao.com.br>

A coordenadora da Equipe de Infra-Estrutura que envolvia a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e as áreas de transportes, energia, petróleo e comunicações, Dilma Rousseff, divulgou no final do ano suas intenções de reduzir o poder da ANEEL e da ANP, agências reguladoras vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, por considerar que estas agências estavam extrapolando as funções de regulação e fiscalização dos setores de energia elétrica, gás e petróleo. Dilma Rousseff classificou o atual marco regulatório do setor como instável, impreciso e incompleto, afirmando que existiam exorbitâncias no papel das agências quando estas passaram a definir política de preços e política energética no Brasil, funções estas do Ministério, do Estado⁴⁷. Em seu discurso de posse no início de janeiro de 2003, a ex-coordenadora e então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff afirmou a necessidade de “recuperar as funções de planejamento do Estado e sua capacidade de formular a política de energia para o país”⁴⁸. A proposta da ministra era a de fortalecer a ANP e a ANEEL para cumprirem o papel de reguladoras e fiscalizadoras. Em contrapartida pretendia-se restaurar o poder dos ministérios enquanto formuladores das políticas públicas setoriais, fortemente reduzido durante a administração FHC.

Como conclusão preliminar sobre a questão do papel das agências reguladoras no Governo Lula pode-se dizer, a partir do material coletado (notícias divulgadas na imprensa), que os trabalhos da equipe de transição resultaram em um mapeamento dos principais problemas que estavam sendo deixados pelo governo FHC para o governo Lula (objetivo este, aliás, fartamente divulgado por membros da própria equipe de transição) e que não havia clareza sobre os problemas diretamente ligados às agências reguladoras que o novo governo teria que enfrentar. Em uma outra pesquisa feita a partir das matérias publicadas pela imprensa entre janeiro e maio de 2003⁴⁹, também realizada pelo Observatório Universitário, para acompanhamento das mudanças propostas pelo governo Lula para as agências reguladoras, pode-se verificar que

⁴⁷ FUTURA ministra quer reduzir importância da ANEEL e da ANP. Rodrigo Bittar, Valor Econômico, Brasil, 30/31/dez. 2002 e 01/jan. 2003.

⁴⁸ DILMA defende controle estatal do setor: ministra disse que falta de planejamento causou o apagão e o aumento nas tarifas e preços de combustíveis. Vinícius Doria e Ivo Ribeiro, Valor Econômico, Especial Posse, 3, 4 e 5 de janeiro/2003.

somente com o fim do governo de transição e a posse dos novos ministros é que começam a ser divulgada, de forma mais específica, as falhas no modelo regulatório brasileiro, segundo a visão do novo governo e iniciam-se os debates em torno da construção de um novo marco regulatório para o setor de infraestrutura e da revisão do papel das agências e dos ministérios.

⁴⁹ O Governo Lula e as Mudanças nas Agências Reguladoras: Estatísticas do noticiário sobre as agências no período entre 01/12/2002 e 16/05/2003. Cátia C. Costa e Helenice Andrade, NAIPE, Databrasil - Ensino e Pesquisa/UCAM, maio/2003, 13 p.

VI - Metodologia e base de dados:

Conforme procuramos deixar explícito ao longo deste trabalho, esta pesquisa é resultado da busca e sistematização das notícias veiculadas na imprensa sobre a equipe de transição constituída, conforme objetivo da Medida Provisória nº 76 de outubro de 2002, para “permitir a atuação conjunta de integrantes da equipe designada pelo Presidente eleito com a Administração corrente, garantindo à nova Administração a oportunidade de atuar no programa de governo do novo Presidente da República desde o primeiro dia do seu mandato, preservando a sociedade do risco de discontinuidades de ações de grande interesse público”. Lembramos, assim, que todas as afirmações e propostas encontradas ao longo do texto não são resultantes de avaliações e/ou análises do grupo de pesquisadores envolvidos e sim compilações de declarações oriundas de diversas fontes jornalísticas.

Na coleta de dados sobre a equipe de transição não foi possível obter os relatórios setoriais e o relatório final apresentados pela equipe de transição ao Presidente da República e parcialmente divulgados na imprensa. Embora tenhamos realizado buscas no site da Casa Civil da Presidência da República - <http://www.presidencia.gov.br/casacivil/> - e no site do Partido dos Trabalhadores, estas buscas resultaram infrutíferas, pois não há nenhuma informação sobre o governo de transição disponível. Encaminhamos também e.mail para a Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica - <https://www.planalto.gov.br/secom/> - e até o encerramento deste relatório não havíamos obtido nenhuma resposta. Por isso, nossa principal fonte de dados se pautou no material descrito abaixo e exposto detalhadamente nas notas desse trabalho.

— Periódicos:

Revista Veja online: <http://veja.abril.uol.com.br>

Pesquisa realizada em 16/06/2002, referente ao período de 01/06/2002 – 17/06/2003.

Revista Exame: <http://portalexame.abril.com.br>

Pesquisa realizada em 18/06/2002, referente ao período de 01/01/2002 – 20/06/2003.

Palavra-chave: Equipe de transição.

Jornal Folha de São Paulo online: <http://www.uol.com.br/fsp>

Pesquisa realizada em 09/06/2003, referente ao período de 01/11/2002 – 31/12/2002.

Palavra-chave: Equipe de transição governo Lula

Jornal Valor Econômico online: <http://www.valoronline.com.br>

Pesquisa realizada em 03/06/2003, referente ao período de 01/01/2002 – 31/12/2002.

Palavra-chave: Equipe de transição governo Lula; Agências reguladoras.

Outros sites:

<http://www.estadao.com.br>

<http://www.folhaonline.com.br>

<http://jbonline.terra.com.br>

— Documentos Oficiais

Exposição de Motivos Interministerial n° 346/ Medida Provisória. Casa Civil da Presidência da República, 02/10/2002.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Exm/2002/346-MP-02.htm

Lei n° 10.609, de 20 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10609.htm

SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Helenice Vieira de Andrade

Mestre em Ciência Política pela UFRJ, com ênfase em políticas públicas, graduada em Ciências Sociais pela UFF. Desenvolve pesquisas sobre políticas sociais de combate à pobreza no Brasil. Exerceu atividades de pesquisa no CPDOC/FGV e no Depto. de Ciência Política da UFF. Participou do projeto de pesquisa “Democracia e Regulação no Brasil: gênese e instalação da Aneel, Anatel e ANP”, UCAM-CNPq.

Cátia C. Costa

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Morais. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)*

7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69^a Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC - Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.